

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 119.005 - PE (2019/0303404-6)

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**RECORRENTE** : RENAN DA COSTA VITELLI (PRESO)  
**ADVOGADO** : JEFFERSON TIMOTEO DA SILVA - PE040778  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

### DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* interposto por **Renan da Costa Vitelli** contra o acórdão proferido pela Primeira Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça do Pernambuco no HC n. 0001602-17.2019.8.17.0000.

Infere-se dos autos que o Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da comarca de Recife converteu a prisão em flagrante do recorrente em preventiva, pela suposta participação em associação criminosa estruturada para a prática de estelionatos de forma continuada (Processo n. 0002772-21.2019.8.17.0001).

Impetrado *habeas corpus*, o Tribunal estadual, em 9/7/2019, denegou a ordem, conforme esta ementa (fl. 83):

PROCESSUAL PENAL - *HABEAS CORPUS*. Paciente denunciado pela prática dos crimes previstos nos arts. 171, *caput*, 171, c/c o art. 14, II, na forma do art. 71 e no art. 288 c/c o art. 69, todos do Código Penal.

- A decisão apresenta elementos idôneos, como a quantidade de vítimas, os enormes prejuízos causados e o caráter interestadual da atuação da associação criminosa;

- Em sede de *habeas corpus*, é incabível imiscuir-se na tese de ausência de provas da autoria, porquanto seria necessário o exame aprofundado do arcabouço probatório constante dos autos, o que não se coaduna com o rito célere e de cognição sumária do *writ*,

- É frágil qualquer elucubração quanto à pena que eventualmente possa ser imposta ao paciente na hipótese de uma condenação, pois em *habeas corpus* não há como ter ciência de todas as peculiaridades do caso concreto;

- Ausência de comprovação de que o paciente possuiria filho menor de 12 (doze) anos e que sua presença seria imprescindível aos cuidados do infante.

- Incidência da Súmula nº 86 deste E. TJPE: *As condições pessoais favoráveis ao acusado, por si só, não asseguram o direito à liberdade provisória, se presentes os motivos para a prisão preventiva.*

- Ausência de constrangimento ilegal. **ORDEM DENEGADA.**

**DECISÃO**  
**UNÂNIME.**

Aqui, o recorrente reitera a alegação de ausência de fundamentação para a manutenção da constrição cautelar, bem como que está encarcerado além do prazo estipulado por lei para o término da instrução criminal.

# Superior Tribunal de Justiça

Pleiteia, inclusive em liminar, seja-lhe concedida liberdade provisória, sem prejuízo da imposição de medidas cautelares alternativas à prisão.

Contrarrazões recursais às fls. 96/105.

É o relatório.

Neste juízo de cognição preliminar, não há como afastar a conclusão do Tribunal estadual de que as circunstâncias declinadas nas decisões do Juízo de primeiro grau são elementos idôneos para a decretação da custódia, sobretudo diante dos enormes prejuízos causados às vítimas, da complexa estruturação da associação criminosa, da contumácia, da quantidade de pessoas atingidas pela prática delitiva e do caráter interestadual da atuação delitiva (fls. 84/85).

No que diz respeito ao alegado excesso de prazo, não houve pronunciamento da Corte *a quo* quanto ao tema.

**Indefiro** o pedido liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo *a quo* a respeito da atual situação da ação penal em questão e do ora recorrente.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator